MAmb - Of. N.:312
Data:25-01-2018
25.09.

REPÚBLICA PORTUGUESA

GABINETE DO MINISTRO DO AMBIENTE

Exmo. Senhor
Eng.º Nuno Araújo
Chefe do Gabinete do Senhor Secretário
de Estado dos Assuntos Parlamentares
Palácio de São Bento
1249-068 Lisboa

SUA REFERÊNCIA	SUA COMUNICAÇÃO DE	NOSSA REFERÊNCIA	DATA
3109	13-10-2017		

ASSUNTO: Requerimento n.º 7/XIII/3.ª de 13 de outubro de 2017
Alagoas Brancas

Caro Nuno Araújo,

Na sequência do ofício acima identificado e em resposta ao requerimento n.º 7/XIII/3.ª, de 13 de outubro de 2017, formulado pelo Senhor Deputado André Silva, do Grupo Parlamentar do Partido Pessoas-Animais-Natureza (PAN), encarrega-me o Senhor Ministro do Ambiente de transmitir o seguinte:

I - Requerer a resposta às questões anteriormente endossadas na pergunta supra mencionada;

A resposta já foi previamente submetida.

II - Requerer esclarecimentos quanto à confirmação de uma eventual construção no terreno em apreço, indicando qual o projeto em concreto e as datas de início e término do mesmo

A Câmara Municipal de Lagoa, enquanto entidade que procedeu ao controlo prévio da edificação e terá as informações solicitadas, não é tutelada por este Ministério.

III - Requerer a disponibilização dos relatórios da APA e do ICNF elaborados pelos respetivos técnicos que eventualmente se tenham deslocado ao local.

Em anexo remetem-se os relatórios da APA e do ICNF elaborados pelos respetivos técnicos que se deslocaram ao local.

Os melhores cumprimentos, também pessoais

A Chefe do Gabinete

Ana Cisa

Ana Cisa

BL/EA

Gabinete do Ministro do Ambiente
Rua de "O Século", 51 - 1200-433 Lisboa, PORTUGAL
TEL + 351 21 323 15 00 EMAIL gabinete.mamb@mamb.gov.pt www.portugal.gov.pt

AGÊNCIA
PORTUGUESA
DO AMBIENTE

ICNF - Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, IP
Centro de Educação Ambiental de Marim, Quelfes
Olhão
8700-194 - OLHÃO

S/ referência	Data	N/ referência	Data
		S013799-201703-ARHALG **ARH-A 22.01.05.00049.2011**	02/03/2017

Assunto: Reclamações contra construção de loteamento em Lagoa

Em 2013, a APA-ARH do Algarve autorizou a realização de obras, com intervenções na rede hidrográfica, no âmbito de um loteamento industrial localizado em Lagoa junto à Fatacil, conforme TURH (A009924.2013.RH8.T1) em anexo.

Este loteamento corresponde à concretização da Zona de Atividades Económicas de Expansão AEE 2ª, prevista no Plano de Urbanização de Lagoas – Unidade de Planeamento 3 (UP3), aprovado em 2008.

Tanto o PU-UP3 como o loteamento da AEE2 foram alvo de processo de participação pública.

Em 2015 a referida autorização foi transmitida ao atual proprietário, Edifícios Atlântico, S.A., que veio comunicar o início dos trabalhos em janeiro do corrente ano, que, nos termos das condições da autorização emitida, deverão ser concluídos no prazo de 2 anos (até janeiro 2019).

Tendo como referência o Plano de Urbanização em vigor, no âmbito do processo de licenciamento, efetuado em cumprimento das exigências legais aplicáveis, foram avaliados e salvaguardados os aspetos essenciais associados à gestão dos recursos hídricos, nomeadamente a garantia da continuidade e capacidade de escoamento, a capacidade de encaixe de caudais de cheia e a minimização de riscos para pessoas e bens.

A área em causa não está classificada no âmbito da Reserva Ecológica Nacional nem faz parte da rede de áreas classificadas.

Após o início dos trabalhos foram apresentadas diversas reclamações e solicitações, de teores relativamente similares, de cidadãos, Grupos Parlamentares (PAN e BE) e ONG (Almargem e LPN). Além de realçarem a importância do local para a avifauna, apelam à reversão do processo e à salvaguarda da área em causa.

(1) (Por subdelegação de competências – Despacho nº 12350/2015, DR 2ª Série nº 215, de 2015/11/03)

Rua do Alportel, nº 10 – 2º, 8000-293 Faro
Telefone: 289 889 000 / Fax: 289 889 099
email: arhalg.geral@apambiente.pt

REPÚBLICA
PORTUGUESA
AMBIENTE

AGÊNCIA
PORTUGUESA
DO AMBIENTE

Em visita ao local nos passados dias 22 e 23 de fevereiro, confirmou-se, inequivocamente, a presença de diversas espécies de aves, nomeadamente: íbis-preto (Plegadis falcinellus), pernilonga (Himantopus himantopus), cegonha-branca (Ciconia ciconia) e Colhereiro (Platalea leucorodia). Confirmou-se igualmente a existência de algumas zonas alagadas a montante (com menor expressão) e a jusante (com grande expressão e que integra área de arrozal, classificadas como REN), onde também se identificou a presença de diversas espécies de aves.

Anexam-se a localização da área inundada em causa e algumas fotografias que ilustram o observado durante as visitas ao local acima referidas.

Entretanto tomamos conhecimento de que a Câmara Municipal de Lagoa decretou o embargou dos trabalhos que, no entanto, poderá ser levantado a qualquer momento.

Face ao exposto, tendo em consideração que as questões relativas à conservação da natureza se enquadram no âmbito das competências desse Instituto, junto se remetem, para os devidos efeitos, as reclamações apresentadas pelos cidadãos e pelas ONG, o que será comunicado aos interessados no aquando da resposta destes serviços.

Com os melhores cumprimentos.

[1] O Director Regional
da Administração da Região Hidrográfica do Algarve

Sebastião Braz Teixeira

Anexos: O mencionado

(1) (Por subdelegação de competências – Despacho nº 12350/2015, DR 2ª Série nº 215, de 2015/11/03)

Rua do Alportel, nº 10 – 2º, 8000-293 Faro
Telefone: 289 889 000 / Fax: 289 889 099
email: arhalg.geral@apambiente.pt

REPÚBLICA
PORTUGUESA
AMBIENTE

AGÊNCIA
PORTUGUESA
DO AMBIENTE

Construção de loteamento industrial em Lagoa

Anexo – Localização e fotografias obtidas nos dias 22 e 23 de fevereiro

1 - Localização do loteamento (amarelo) e marcação aproximada da área alagada (vermelho)

2 – Zonas alagadas a montante (sul) do loteamento

(1) (Por subdelegação de competências – Despacho nº 12350/2015, DR 2ª Série nº 215, de 2015/11/03)

Rua do Alportel, nº 10 – 2º, 8000-293 Faro
Telefone: 289 889 000 / Fax: 289 889 099
email: arhalg.geral@apambiente.pt

REPÚBLICA
PORTUGUESA
AMBIENTE

3 – Zonas alagadas a jusante (norte) do loteamento

4 – Exemplos de valas e linhas de água que drenam toda a zona plana envolvente à cidade de Lagoa

(1) (Por subdelegação de competências – Despacho nº 12350/2015, DR 2ª Série nº 215, de 2015/11/03)

Rua do Alportel, nº 10 – 2º, 8000-293 Faro
Telefone: 289 889 000 / Fax: 289 889 099
email: arhalg.geral@apambiente.pt

5 – Vala existente no limite poente do loteamento (a manter)

6 – Área alagada na área do loteamento (vista de norte para sul no dia 23 Fev)

7 – Área alagada na área do loteamento (vista de poente para nascente no dia 22 Fev). A maior parte das aves que se conseguem distinguir são íbis-preto

(1) (Por subdelegação de competências – Despacho nº 12350/2015, DR 2ª Série nº 215, de 2015/11/03)

Rua do Alportel, nº 10 – 2º, 8000-293 Faro
Telefone: 289 889 000 / Fax: 289 889 099
email: arhalg.geral@apambiente.pt

AGÊNCIA
PORTUGUESA
DO AMBIENTE

Tribunal Administrativo e Fiscal de Loulé
Serviços do Ministério Público
Rua Dra. Laura Ayres
8100-000 - LOULÉ

S/ referência	Data	N/ referência	Data
145		S041998-201707-ARHALG.DRHI	19/07/2017
PA nº 26/17		ARH-A 22.01.05.00049.2011	

Assunto: Pedido de informação – Queixa relativa ao sítio das Alagoas Brancas

Na sequência do solicitado através do V. Ofício nº 145, de 22.05.2017, informa-se que:

Em 2013, a APA,I.P., através da ARH do Algarve, autorizou a realização de obras, com intervenções na rede hidrográfica, através do título de utilização dos recursos hídricos (TURH) - A009924.2013.RH8, emitida ao abrigo do Artigo 62º da Lei nº 58/2005, de 29 de dezembro, e nos termos do Decreto-Lei 226-A/2007, de 31 de maio.

O referido TURH foi requerido, em abril de 2011, pelo promotor, AG II Atlântico – Sociedade de Gestão e Investimento Imobiliário, S.A. no âmbito de um loteamento industrial localizado em Lagoa junto à Fatacil, no sítio conhecido como Alagoas Brancas.

Este loteamento corresponde à concretização da Zona de Atividades Económicas de Expansão AEE 2, prevista no Plano de Urbanização de Lagoa – Unidade de Planeamento 3 (UP3), cuja aprovação, em 2008, foi publicitada pelo Aviso n.º 11622/2008, publicado no Diário da República, 2.ª série — N.º 74 — 15 de Abril de 2008, que enquadra o uso e ocupação do solo na área em causa.

Tanto o PU-UP3 como o loteamento da AEE2 foram alvo de processo de participação pública.

A intervenção da APA,I.P. no processo de aprovação do loteamento resumiu-se à avaliação e aprovação do projeto de intervenção na rede hidrográfica, de que resultou a emissão do referido TURH, o que foi em tempo comunicado à Câmara Municipal de Lagoa.

Em 2015 a referida autorização, que se encontra em vigor e que não tem prazo, conforme resulta do regime legal acima mencionado, foi transmitida, a pedido deste, ao atual proprietário, Edifícios Atlântico, S.A., através da emissão do Autorização A009924.2013.RH8-T1, que se anexa.

Em janeiro do corrente ano, o promotor veio comunicar o início dos trabalhos, que, nos termos das condições da autorização emitida, deverão ser concluídos no prazo de 2 anos (até janeiro 2019). Esta condição tem como função essencial limitar as intervenções na rede hidrográfica ao tempo considerado razoável para a realização dos trabalhos, permitindo também o controlo e acompanhamento dos mesmos por esta ARH, e o prazo deve ser contado a partir do início dos trabalhos, neste caso janeiro de 2017.

Rua da Murgueira, 9/9A – Zambujal
Ap. 7585 – 2610-124 Amadora
Tel: (351)21 472 82 00 Fax: (351)21 471 90 74
email: geral@apambiente.pt – http://apambiente.pt

AGÊNCIA
PORTUGUESA
DO AMBIENTE

A área em causa não está classificada no âmbito da Reserva Ecológica Nacional nem faz parte da rede de áreas classificadas. Na proximidade imediata deste local existem outras áreas sujeitas à alagamento, com extensão e durabilidade variáveis, conectadas por uma rede de valas e linhas de água com quilómetros de extensão, destacando-se, pela sua dimensão significativa, a planície localizada a cerca de 500 metros para norte, onde se localiza um arrozal, e que está integrada na Reserva Ecológica Nacional.

Tendo como referência o Plano de Urbanização em vigor, no âmbito do processo de emissão do título de utilização dos recursos hídricos, foram avaliados e salvaguardados os aspetos essenciais associados à gestão dos recursos hídricos, nomeadamente a garantia da continuidade e capacidade de escoamento, a capacidade de encaixe de caudais de cheia e a minimização de riscos para pessoas e bens.

Na sequência da apresentação de diversas reclamações à APA,I.P. por cidadãos e ONG, foram efetuadas visitas técnicas ao local, tendo-se estabelecido um programa mensal de acompanhamento dos trabalhos, entretanto embargados pela Câmara Municipal de Lagoa e ainda não reiniciados, com vista a garantir o cumprimento das condições fixadas no TURH, nomeadamente no que toca à salvaguarda dos recursos hídricos nos termos em que foi aprovado o respetivo projeto.

No que se refere às preocupações manifestadas quanto à presença de diversas espécies de aves no local, o assunto foi remetido para o ICNF por se tratar de matéria sob a tutela deste Instituto.

Com os melhores cumprimentos.

Vice-Presidente do Conselho Diretivo

António Sequeira Ribeiro

Anexos: o mencionado

ICNF
Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas

PROCESSO	INFORMAÇÃO Nº. 20261/2017/DRNCN/DCB
	DATA:13-06-2017

ASSUNTO: OBRAS NO SITIO DE ALAGOAS BRANCAS, LAGOA, ALGARVE

DECISÃO

PARECER

À consideração superior

Relativamente ao assunto em epígrafe e dando cumprimento ao despacho superior, para apoio ao DCNF-Algarve na apreciação da real importância da área em questão, relativamente aos valores avifaunísticos, tenho a informar o seguinte:

1 – Nesse sentido, desloquei-me no passado dia 2 do corrente mês, ao local, acompanhado do técnico superior daquele departamento, Eng.º João Gomes e do assistente técnico Nuno Ventinhas, ornitólogo em funções no CEMPA.

2 – A área em questão localiza-se no interior da malha urbana de Lagoa, rodeada por habitações, campo de futebol, áreas comerciais em construção e áreas anexas já aterradas, encontrando-se esta também, já parcialmente aterrada.

3 – Apresentava-se à data, quase completamente seca, com excepção de duas valas de drenagem, com cerca de 250 metros cada, com alguma vegetação ripícola, onde ainda permanece alguma água, sendo evidente que se trata de uma depressão que era drenada para permitir o seu aproveitamento agrícola, que

aparenta não receber efluentes de outra origem, para além da água das chuvas que caia na área e nas que lhe são adjacentes, tendo em conta não existir corrente nas valas.

4 – A presença de aves aquáticas na área, era à data, constituída por um casal de *Tachybaptus ruficollis* (mergulhão-pequeno) com duas crias, um casal de *Anas platyhynchos* (pato-real) e um casal de *Himantopus himantopus* (pena-longa) sem evidência de nidificação. De referir que dado o estado se secura, da generalidade da área, o acesso de predadores domésticos (especialmente gatos) é muito fácil.

5 – Da análise desta realidade relativamente à importância do local, pode ser afirmado que tendo em consideração os efectivos presentes, o estado de secura da generalidade da área, e a pouca água disponível, a mesma não tem qualquer importância enquanto área de nidificação para as espécies presentes, mesmo em contexto regional.

6 – Relativamente à eventual situação no inverno ou na passagem migratória, é natural que a presença de água, atraia algumas espécies de aves aquáticas, que ali pousem em busca de alimento ou para descansar, tal como acontece em muitos outros locais por todo o território nacional. No entanto, devido à sua reduzida dimensão, à proximidade da área residencial e do movimento existente nos arruamentos que a circundam, não existem objectivamente, condições para que ali permaneçam, e portanto, para que a área constitua uma verdadeira zona húmida com importância para as aves.

7 – No que respeita à lista de 74 espécies de aves apresentada e que poderá ter servido de "guia", aos pareceres das associações, SPEA e ALMARGEM, apenas poderiam ter algum significado as espécies de aves aquáticas, pois as restantes, passeriformes e outras, são espécies comuns, que existem na generalidade do país, nume enorme variedade de habitats.

8 – Relativamente às espécies aquáticas referidas na lista "Summary of birds recorded at Alagoas brancas", conforme pode ser lido na descrição da mesma, a maioria delas apenas foi observada uma única vez ao longo dos últimos anos, tratando-se pois de situações ocasionais, sem carácter permanente e que não conferem ao local qualquer importância que o destaque de muitos outros locais no país e mesmo do Algarve. Acresce ainda o facto de existirem campos de arroz muito próximos, assim como a lagoa dos salgados, o que pode explicar a presença esporádica de algumas espécies de aves aquáticas na área em questão. Este facto pode também ser verificado na lista de observações de um colhereiro anilhado e referido na lista, nomeadamente a sua presença regular na lagoa dos salgados e que esporadicamente é observado naquele local.

9 – Ainda nas notas da lista anteriormente referida, pode ler-se que em alguns casos, o barulho do trânsito faz com que as aves, abandonem o local, o que é natural, dada a sua proximidade e a intensidade do tráfego rodoviário verificado também por nós. Esta é uma situação que, como é lógico, não deverá conhecer melhoria, bem pelo contrário, tendo em conta as construções que se encontram em fase de acabamento na sua periferia e os aterros que indicam vir a ser objecto de instalação de edificações ou parques de estacionamento.

10 – Em resumo, sou a informar que, tendo em conta a localização, a dimensão, a sazonalidade da presença da água e a ocorrência ocasional da esmagadora maioria das espécies, a área não apresenta valores que justifiquem considera-la como tendo importância para a avifauna, mesmo que regionalmente, e menos ainda para a sua classificação.

11 – Junto se anexam fotografias do local no dia da visita.

Vista geral

Vista do lado oposto (área já aterrada)

Fotografia aérea de enquadramento (linha a vermelho – área em análise)
A amarelo – superfícies já aterradas dentro e fora da área.

O Técnico superior

Vitor Encarnação